

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

AMANDA BRAGA ELIZIÁRIO

**PESTE SUÍNA CLÁSSICA: Sinais Clínicos, Epidemiologia e Controle**

UBERLÂNDIA

2021

**AMANDA BRAGA ELIZIÁRIO**

**PESTE SUÍNA CLÁSSICA: Sinais Clínicos, Epidemiologia e Controle**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Medicina Veterinária.

Área de Concentração: Suinocultura

Orientador: Prof. Doutor Robson Carlos Antunes

Uberlândia

2021

AMANDA BRAGA ELIZIÁRIO

Peste Suína Clássica: Sintomas, Epidemiologia e Controle

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Medicina Veterinária.  
Área de Concentração: Suinocultura

Uberlândia, XX de xxxxx de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Robson Carlos Antunes (UFU)

---

Prof. Dra. Ana Luísa Neves Alvarenga Dias (UFU)

---

Mestre Laya Kannan Silva Alves (USP)

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho representa o fechamento de um grande ciclo, a Graduação em medicina veterinária marca não somente a criação do meu lado profissional, mas também um desenvolvimento pessoal gigantesco. Nesses 5 anos vivi experiências incríveis que começaram ao sair da casa dos meus pais, mudar de cidade e ir morar sozinha, onde não conhecia nada nem ninguém, mas tenho plena certeza que foi a decisão mais acertada de minha vida tanto pessoalmente quanto profissionalmente. A UFU me proporcionou oportunidades incríveis, fiz estágios em todas as áreas que me interessei até realmente me encontrar no nicho que desejava, tive o prazer de me relacionar com os melhores professores e usufruir de uma estrutura melhor do que o imaginado. Por isso sou eternamente grata a todos os professores, técnicos, residentes e alunos que marcaram a minha trajetória.

As primeiras pessoas que preciso agradecer são a minha família, a minha mãe Eliane Braga e ao meu pai Luiz Claudio Eliziário, vocês que nunca duvidaram do meu potencial intelectual e que no momento que eu decidi tentar a UFU tinham certeza de que eu iria passar, obrigada por todo o investimento que vocês fizeram em mim desde criança. Um agradecimento em especial para a minha irmã Ana Luiza Eliziário, você foi essencial no processo de realização desse trabalho, voce me amparou nos momentos em que eu me encontrava mais perdida, acreditou em mim quando nem eu mesmo achava que seria capaz de realizar esse trabalho, por todas as correções e palavras de incentivos o meu muito obrigada.

Em segundo lugar preciso agradecer a Atlética Agrarias e principalmente ao meu time de Cheerleading Blue Beasts. Vocês foram os primeiros a me acolher e foi onde eu encontrei os meus primeiros amigos e pude canalizar toda a minha energia, me tornando então conhecida como: a Amanda das cheers. Eu tenho muito orgulho disso pois enquanto alguns me julgavam por estar desfocando da veterinária, foi o local que me manteve sã em momentos de angústia e desespero, por provas, problemas acadêmicos e pessoais, pois mesmo que o mundo estivesse um caos, eles estavam lá para me apoiar e me pegar caso eu estivesse caindo. E foi através da convivência

continua com esse time que eu realmente consegui formar a minha família em Uberlândia, um agradecimento especial aos meus melhores amigos: Isadora Rodrigues, Leonardo Siqueira, Leticia Sayuri, Marina Mendes e Sarah Castro. Sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui, obrigada por cada momento de alegria e tristeza que passamos juntos.

Aos meus colegas da veterinária Helena Lujan, Nádia Gabriella, Rhaissa Martins, deixo aqui o meu agradecimento por cada momento de apoio, cada carona dada, cada resumo compartilhado, cada lembrança de data de entrega. Vocês foram essenciais na minha caminhada e deixavam os meus dias mais leves. Também não posso deixar de mencionar e agradecer a Maria Gabriela pelo auxílio na formação deste trabalho e pela amizade durante esses anos.

Não deixaria de mencionar as veterinárias Karen Rhuana e Daniela Alves por terem depositado tanta confiança em mim, e por terem me ensinado tanto. A Professora Doutora Ana Luísa Alves e a zootecnista Mestre Laya Kannan por terem sempre me incentivado a ingressar na área e por me mostrarem que as mulheres tem espaço no universo da suinocultura. E por último, mas não menos importante um agradecimento ao meu orientador Professor Doutor Robson Carlos Antunes, que acreditou em mim e me deu a oportunidade de realizar esta pesquisa.

I believe that everything happens for a reason.  
People change so you can learn to let go,  
things go wrong so that you can appreciate them when they're right,  
you believe lies so you eventually learn to trust no one but yourself.  
And sometimes good things fall apart, so better things can fall together.

(Audrey Hepburn)

## RESUMO

A produção pecuária é um dos principais pilares da economia brasileira, incluindo a área da suinocultura, que apresenta grande relevância tanto em termos de produção para abastecimento de mercado interno quanto para exportação. Para que o setor possa continuar a se expandir, é importante a manutenção de constante atualização sobre as questões sanitárias e epidemiológicas que mais comprometem o setor. Com base no apresentado, o presente trabalho objetivou realizar uma revisão de literatura sobre a Peste Suína Clássica (PSC), uma doença viral não zoonótica que possui grande importância por causar perdas econômicas e restrições comerciais internacionais. O Brasil possui uma zona considerada livre de PSC pela OIE, embora parte do seu território seja Zona-Não-Livre da doença, o que faz com que uma das principais metas do país seja a erradicação da doença em todo o território nacional. Com base no levantamento bibliográfico realizado, pode-se concluir que além de se fazer necessário manter as políticas de vigilância epidemiológica na Zona Livre de PSC para manter seu status sanitário, ainda há um longo caminho a percorrer até a completa mitigação da doença no país, sendo necessário pensar ações, não apenas de vigilância epidemiológica, mas também de conscientização dos produtores da Zona Não-Livre até que as boas práticas de produção sejam mais difundidas e possibilitem a mitigação da PSC.

**Palavras-chave:** PSC. Suinocultura. Vigilância Epidemiológica.

## **ABSTRACT**

The pecuary sector is one of the most important foundations for Brazilian Economy, which includes the swineculture area, which presents great relevance not only in terms of intern market but also for exportations. In order to make to keep the sector's expansion, it's important to keep constant up-to-date researches about the most strategic sanitary and epidemiological issues to the sector. Based on this background, the present research aimed to elaborate a literature review about Classical Swine Fever (CSF), a viral, non-zoonotic disease very important for swineculture due to the economic losses and international market restraints that it causes. Brazil has a zone considered a CSF-free by OIE, even though part of its territory is still a non-CSF-free zone, which makes one of the most important goals for producers to completely eradicate such disease nationwide. Based on the present bibliographic research, it is possible to conclude that not only it is necessary to constantly enforce the epidemiologic vigilance policies at the CSF-free zone, in order to keep its sanitary status, but it is also very urgent to think about actions aiming the non-CSF-free zone, both for epidemiological vigilance and education for producer, until the good producing practices become more widely spread in order to mitigate the disease at the whole territory.

**Keywords:** CSF. Epidemiological Vigilance. Swineculture.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa do status sanitário mundial para PSC ..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
<b>Figura 2.</b> Processo de erradicação da PSC no Brasil.....	18
<b>Figura 3.</b> Divisão em regiões da Zona não-Livre de PSC no Brasil. ....	19
<b>Figura 4.</b> Organograma da ADAGRI.....	23
<b>Figura 5.</b> Organograma da ADAPI. ....	24
<b>Figura 6.</b> Organograma da ADEAL.....	25

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
ADEAL	Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas
ASEMG	Associação de Suinocultores do Estado de Minas Gerais
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CRMV-MG	Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais
DSA	Departamento de Saúde Animal
ELISA	“ <i>Enzyme-Linked Immunosorbent Assay</i> ” (Ensaio de Imunoabsorção Enzimática)
Fonesa	Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária
GEASE	Grupo Especial de Atenção às Enfermidades Emergenciais ou Exóticas
GRSC	Granja de Reprodutores Suínos Certificada
GTA	Guia de Trânsito Animal
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
Lanagros	Laboratórios Nacionais Agropecuários
LSA	Laboratório de Saúde Animal
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
PCPS	Programa de Combate à Peste Suína
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
PSA	Peste Suína Africana
PSC	Peste Suína Clássica
RT-PCR	“ <i>Reverse transcription polymerase chain reaction</i> ” (Reação em Cadeia da Polimerase por Transcrição Reversa)
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEAGRI	Secretaria Executiva de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SISLEGIS	Sistema de Consulta à Legislação
VN	Virusneutralização
ZL	Zona Livre
ZnL	Zona não Livre

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>13</b>
2.1	Objetivos Específicos	13
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>15</b>
4.1	Origem e Etiologia da Peste Suína Clássica	15
4.2	Aspectos epidemiológicos da PSC	15
4.2.1	A PSC no mundo	15
4.2.2	A PSC no Brasil	17
4.2.3	Órgãos de defesa agropecuária da região Nordeste	22
4.2.4	A situação da PSC em Minas Gerais	25
4.3	Patogenia e sintomatologia da PSC	26
4.3	Diagnóstico da PSC	28
4.4	Tratamento e Prevenção da PSC	30
4.5	Impactos socioeconômicos da PSC na granja e no Brasil	32
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>37</b>
	Anexo A – Formulário de Colheita de Amostras em Estabelecimento de Criação de Suídeos pertencente ao Programa Nacional de Sanidade Suídea	37
	ANEXO B – Formulário de monitoramento sanitário em granjas certificadas pertencente ao PNSS	39
	ANEXO C – Formulário oficial de colheita de amostras para PSC de matadouros e frigoríficos de suínos	40
	ANEXO D – Formulário de Colheita de Amostras de Suídeos Asselvajados pertencente ao Sistema de vigilância Sanitária na ZL de PSC	42
	ANEXO E – Formulário anual para reconfirmação do status sanitário para países livres de PSC segundo a OIE	43
	ANEXO E – Formulário anual para reconfirmação do status sanitário para zonas livres de PSC segundo a OIE	44

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de grande relevância para o cenário mundial da suinocultura, ocupando a posição de quarto maior produtor de carne suína com 4,436 milhões de toneladas produzidas e 1,024 milhão de toneladas exportadas em 2020 (ABPA, 2021). Agentes infecciosos, como o vírus da Peste Suína Clássica (PSC), podem ameaçar o desempenho produtivo do país, pois sua presença acarreta em embargos sanitários impossibilitando o comércio da proteína suína e diminuição da produtividade (CERQUEIRA, 2019).

Atualmente, o Brasil atualmente possui uma zona com status de erradicado para a PSC, uma vez que a maior parte da produção se concentra em Zona Livre (ZL) para a doença segundo a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), sendo que a ZL compreende as regiões Sul, Sudeste e parte das regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2016). Fora da ZL, há relatos recentes de casos da PSC nos estados do Piauí, Ceará e Alagoas (BRASIL, 2019).

A PSC é uma doença extremamente contagiosa, com taxas de mortalidade que podem chegar até 100% a depender da cepa envolvida, além de ser um agente de altíssima resistência a diferentes ambientes, o que dificulta sua eliminação (MENDONÇA ET AL., 2020). Considerando-se a importância sanitária dessa doença para a suinocultura brasileira, o presente trabalho objetivou a realização de uma revisão bibliográfica sobre os aspectos clínicos, sanitários e profiláticos da Peste Suína Clássica, a fim de contribuir com a literatura científica disponível acerca desta enfermidade.

## **2 OBJETIVO GERAL**

Elaborar uma revisão de literatura sobre a Peste Suína Clássica, com ênfase em pontos de controle e erradicação da doença.

### **2.1 Objetivos Específicos**

- Descrever os sinais clínicos da PSC;
- Explicar as normas de segurança vigentes para a PSC que visam evitar a entrada do vírus na ZL da doença;
- Explicar os impactos da doença para a saúde animal e para a economia.

### **3 METODOLOGIA**

Foi realizado um levantamento bibliográfico de revisão da literatura mais recente e mais relevante acerca da Peste Suína Clássica. Para as questões científicas relativas ao tema, foram consultados os bancos de dados das plataformas Scielo, Google Acadêmico e banco de teses da CAPES, utilizando diferentes combinações entre os termos de busca “Peste Suína Clássica”, “PSC”, “Suinocultura”, “Epidemiologia”, “Patogenia”, “Profilaxia”, “Medidas de Controle”. O recorte temporal escolhido abrangeu o período de 2012 a 2021. Para as questões legais, foi consultada a plataforma SISLEGIS, um sistema desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no qual é possível encontrar toda a legislação vigente para a produção animal no Brasil, utilizando diferentes combinações entre os termos de busca “Peste Suína”, “Peste Suína Clássica”, “Suinocultura” e “Suínos” e “Suídeos”.

## **4 REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1 Origem e Etiologia da Peste Suína Clássica**

A Peste Suína Clássica (PSC), também nomeada como febre suína ou cólera do porco, foi inicialmente identificada no século XIX, nos Estados Unidos da América, porém suas características virais só foram descritas no século XX (BIANCARDI, 2017). O agente etiológico causador da PSC é um vírus da família Flaviviridae, gênero *Pestivirus*, é envelopado, possui um genoma de RNA de fita simples com polaridade positiva e cerca de 12 mil pares de bases e sua taxa de mutação é relativamente baixa (QUINN et al., 2018). O agente se mantém ativo na variação de pH de 3 a 10 e resiste a temperaturas de até 50°C, sendo considerado altamente resistente, embora seja sensível a detergentes, hipoclorito de sódio e hidróxido de sódio (BRASIL, 2004).

O vírus da PSC foi dividido em três grupos genéticos que totalizam dez subgrupos, sendo eles: 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 (CERQUEIRA, 2019). A divisão se dá considerando o local de isolamento do vírus, sendo que o grupo 1 corresponde aos isolados da Rússia e da América do Sul, o grupo 2 corresponde aos isolados na Europa, e o grupo 3 aos isolados na Ásia (CERQUEIRA, 2019).

A transmissão da PSC ocorre por via oronasal, majoritariamente por contato direto de animais saudáveis com fluidos e secreções corporais (urina, saliva, fezes, sangue, material abortivo e sêmen) de animais infectados, embora também seja possível por consumo de alimentos e por via transplacentária; a doença pode acometer suínos domésticos, silvestres e seus cruzamentos (javaporcos), mas não acomete seres humanos, não sendo, portanto, uma zoonose (MENDONÇA ET AL., 2020).

### **4.2 Aspectos epidemiológicos da PSC**

#### **4.2.1 A PSC no mundo**

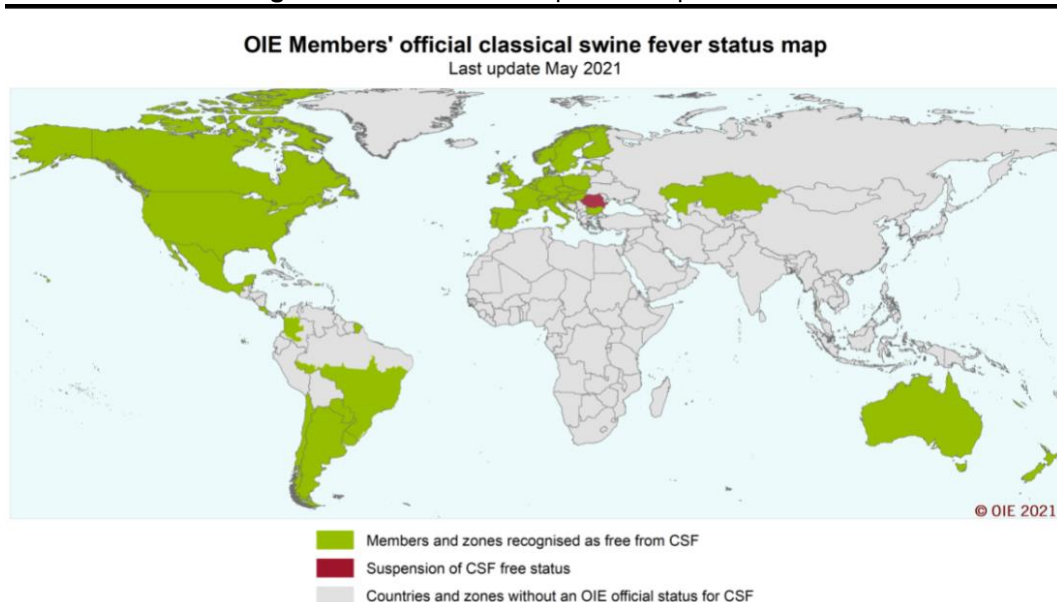
A PSC foi descrita pela primeira nos Estados Unidos e se disseminou por todo o globo, a década de 1990 foi caracterizada por vários surtos pela Europa, acometendo diversos países de relevância na suinocultura, sendo o primeiro registrado na Bélgica em 1990; e 1993, foram observados surtos na Bélgica e Alemanha, sendo que esta última se manteve infectada até os anos 2000; a Itália, por sua vez, apresentou os

primeiros casos em 1994, persistindo com problemas sanitários até 1997; também em 1997 foi comprovada a presença do vírus pela primeira vez na Holanda (CERQUEIRA, 2019). O continente europeu passou por várias dificuldades até eliminar totalmente a doença e alcançar o status sanitário atual, com vários países incluídos na lista de erradicados para PSC de acordo com a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE); atualmente, figuram na lista os seguintes países:

“Argentina, Dinamarca, Austrália, Finlândia (incluindo o arquipélago Aland), Luxemburgo, Eslováquia, Áustria, França (incluindo Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião e Mayotte), Malta, Eslovênia, México, Espanha, Nova Caledônia, Irlanda, Suécia, Bélgica, Alemanha, Bulgária, Hungria, Suíça, Canadá, República Tcheca, Noruega, Holanda, Liechtenstein, Chile, Itália, Uruguai, Paraguai, Portugal (abrangendo as ilhas Açores e Madeira), Reino Unido, Estados Unidos (estendendo a Porto Rico, Ilhas Virgens e Guam), Costa Rica, Cazaquistão, Letônia, Polônia e Croácia” (OIE, 2021).

A Peste Suína Clássica compõe o Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE e sua situação no país deve ser relatada à mesma; todo ano, no mês de maio, ocorre a Assembleia Mundial de Delegados, sediada em Paris, na qual são decididos os status sanitários de todos os países que, conforme a assembleia de 2020, estão ilustrados a seguir na Figura 1.

**Figura 1.** Status sanitário para PSC pelo mundo.



Fonte: OIE, 2021.



Para o controle epidemiológico da PSC, anualmente, os países devem enviar o formulário específico para esse fim (Anexos E e F), até o mês de novembro, para que possam ser analisados e permanecerem reconhecidos livres de PSC pela OIE; para isso, é preciso provar que não houve surtos ou presença do vírus, não foi utilizado a vacina contra PSC e assegurar que os suínos e seus produtos importados provém de locais que cumprem as mesmas normas de vigilância nos últimos 12 meses (OIE). O status sanitário pode ser suspenso caso não haja cumprimento dos requisitos e isso ocorreu com o Japão em 2018 e na Romênia em 2019 (MENDONÇA ET AL., 2020).

A maioria dos países livres da doença possui sua área territorial considerada totalmente livre, mas alguns países apresentam uma estratificação entre zona livre e zona não livre, como é o caso de Brasil, Colômbia e Equador (OIE, 2021). Vale frisar que a Zona Livre brasileira faz fronteira com a Bolívia e com o Peru, que não são livres de PSC, o que reforça a necessidade de vigilância agropecuária nos pontos de travessia entre os países para que a doença não ingresse no país (OIE, 2021).

#### **4.2.2 A PSC no Brasil**

A doença ingressou pela primeira vez no Brasil em 1978 e se manteve endêmica em vários estados até 1980 (BRASIL, 2016). O governo realizou vários programas oficiais de controle e combate à doença, como o Programa de Combate a Peste Suína (PCPS) que foi instituído em 1981, reduzindo eficientemente os números de casos e levando à erradicação do vírus nos seguintes estados brasileiros:

“Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e os Municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do Município de Canutama e sudoeste do Município de Lábrea, pertencentes ao Estado do Amazonas.” (BRASIL, 2016)

Pode-se observar a divisão do Brasil pela OIE caracterizada na Figura 2, a seguir:

**Figura 2.** Processo de erradicação da PSC no Brasil.



Fonte: Takeda, 2017.

Atualmente, de acordo com a OIE, o Brasil apresenta uma divisão em duas grandes zonas: a zona Livre (ZL) e a zona não livre (ZnL) (OIE, 2021). A ZL representa 100% da exportação da proteína suína brasileira (MENDONÇA ET AL., 2020). O Plano Brasil Livre de PSC foi publicado em 2019 com objetivo de eliminar a enfermidade da ZnL, que ainda é composta por uma área extensa, melhorando assim a situação sanitária brasileira, levando a ganhos econômicos (MAPA, 2019). Para trabalhar de uma forma mais eficaz e individualizada, o Plano Brasil Livre de PSC realizou uma fragmentação em três regiões de acordo com as particularidades de cada uma em relação à doença, que ficou dividido da seguinte forma:

“Região 1: Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte [...]

Região 2: Amapá e parte do Pará, representada pelas mesorregiões do Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste e pela microrregião de Paragominas. [...]

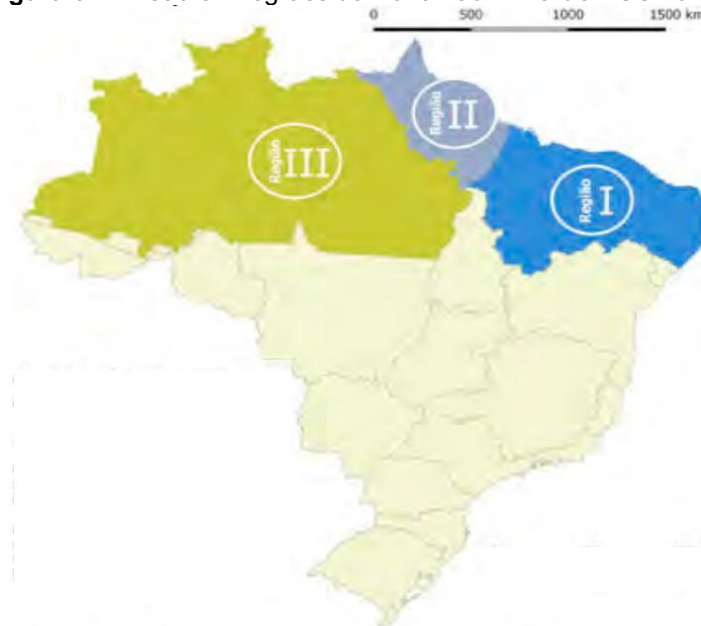
Região 3: Amazonas, Sudoeste e Sudeste (exceto microrregião de Paragominas) [...]” (MAPA, 2019).

A região 1 é a mais preocupante, por incluir localidades nas quais foram encontrados focos ativos do vírus, como nas cidades de Forquilha, Santa Quitéria e

Groaíras, no Ceará (MPCE, 2018). Outro fator de relevância é o trânsito não controlado de animais, facilitando, assim, a disseminação do agente etiológico (GAVA et al., 2019).

Na região 2, as atividades serão realizadas apenas no Amapá, pois as informações publicadas não são capazes de determinar os focos da doença; já a região 3 é a menos preocupante no momento, uma vez que não há divulgação de focos, embora isso não signifique ausência do vírus em virtude dos níveis de pesquisas epidemiológicas para a PSC estarem aquém do ideal (BRASIL, 2019).

**Figura 3.** Divisão em regiões da Zona não-Livre de PSC no Brasil.



Fonte: BRASIL, 2019.

Em 06 de outubro de 2018, o MAPA confirmou o primeiro foco de PSC no Ceará, ocorrido em uma propriedade familiar, sem vínculo com instituições comerciais e de reprodução, no município de Forquilha; com o apoio da Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (ADAGRI), foram tomadas medidas para a eliminação do foco e realizaram-se buscas epidemiológicas na região que o circunda, com raio de 3 a 10 km (CERQUEIRA, 2019). O foco encontrado configurou-se uma emergência sanitária e motivou uma pesquisa epidemiológica no estado, e, ao todo, foram coletadas 66 amostras em 18 municípios distintos, dos quais 45 testaram positivo até abril de 2019. (OIE, 2019). Os focos são muito preocupantes para os produtores locais, uma vez que

os suínos positivos são abatidos e o trânsito de seus produtos e subprodutos é proibido (MENDONÇA ET AL., 2020).

Em abril de 2019, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI) confirmou um foco de Peste Suína Clássica na cidade Lagoa do Piauí através da NOTA TÉCNICA N 1º/2019/CIEP/CGPZ/DSAIP2/DAS/MAPA (BRASIL, 2019). O Grupo Especial de Atenção às Enfermidades Emergenciais ou Exóticas (GEASE) foi o responsável pelo controle da enfermidade no estado, decidindo-se que apenas os suínos com contato direto com o vírus iriam ser direcionados ao abate sanitário, e seus produtores seriam indenizados posteriormente; já os suínos submetidos ao contato indireto teriam os casos avaliados individualmente, sendo o trânsito da espécie proibido, salvo exceções com a finalidade de abate, e os eventos e aglomerações de suínos foram proibidos até o controle do foco (BRASIL, 2019). Para aumentar o conhecimento dos produtores, está disponível uma cartilha e uma ficha técnica sobre PSC no site da ADAPI, e foi exigido aos produtores que só realizem o comércio de animais através dos corredores oficiais e de animais saudáveis, pois evitar a disseminação do vírus é de suma importância, principalmente impedindo sua chegada à Zona Livre (ADAPI, 2019). Nessa situação, o rio São Francisco atuou como barreira física separando esses territórios da ZL, o que demonstra que o Brasil ainda se encontra susceptível à entrada do agente caso continue a negligenciar as medidas sanitárias em produções de subsistência (CERQUEIRA, 2019).

Em 2019, ocorreu o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, um evento que reuniu representantes de órgãos agropecuários para articular medidas de controle e prevenção da Peste Suína Clássica; a proposta de criação de uma região com elevada vigilância para PSC e o Projeto de Lei Federal nº 9281/2017 tiveram destaque nos debates do evento (FONESA, 2017). A região de fronteira entre as zonas tem papel fundamental na manutenção do status sanitário e na busca da ampliação da zona livre, uma vez que o Ministério da Agricultura visa ampliar a zona livre para a totalidade territorial brasileira, sendo essencial para o combate à PSC o comprometimento de toda a classe agropecuária, para que haja o cumprimento real das medidas governamentais impostas (IMA, 2020).

Após a divulgação dos focos no Piauí e Ceará, a Agência de defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL) proibiu o trânsito interestadual de animais, produtos e subprodutos vindos dos estados afetados, sendo que apenas locais autorizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) poderiam comercializar seus produtos e subprodutos; apesar das medidas sanitárias adotadas em outubro de 2019, foram confirmados em Traipu (agreste alagoano) dois focos da PSC, que foram controlados, com o auxílio do IMA, seguindo o Plano de Contingência da PSC, através de uma força-tarefa conjunta entre estados e órgãos fiscalizadores (IMA, 2019). O estado de Alagoas foi o piloto para o plano estratégico no combate doença, e em janeiro de 2020 foi liberado a emissão do Guia de Trânsito Animal (GTA) para suínos em todo o território alagoano para qualquer finalidade, sendo, também, liberado o trânsito de produtos, sêmen e subprodutos desde que sejam certificados pelo SIF. Segundo o Ministério da Agricultura, foram encontrados 67 focos da doença, sendo 49 no Ceará, 16 no Piauí e 2 em Alagoas, e foi paga aos produtores uma indenização pelo abate dos animais (BRASIL, 2019). Um desafio para o controle da PSC é a não notificação de casos em decorrência do abate e descarte das carcaças, o que pode agir para dificultar o controle da doença (SILVA et al., 2019).

No dia 02 de outubro de 2020, foi confirmado um novo caso de PSC no Piauí, por meio de RT-PCR realizada pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, localizado em Pedro Leopoldo, estado de Minas Gerais, o MAPA confirmou dois suínos positivos para o Vírus da PSC, sendo que ambos apresentaram a sintomatologia característica da doença e um foi a óbito. A propriedade que abriga estes animais é de subsistência se localiza no município de Parnaíba, ao norte do estado. De acordo com as investigações, o foco iniciou no dia 18 de setembro de 2020, e o Estado tomou todas as medidas necessárias para seu controle, o que inclui abate dos animais contaminados, desinfecção da granja, investigação acerca da origem do caso e a epidemiologia do vírus (PIAUI, 2020).

Em março de 2021, um novo foco de PSC foi confirmado em dois criatórios do município de Demerval Lobão, a cerca de 35km da capital Teresina. O foco foi inicialmente notificado no dia 22, as instalações foram isoladas e os animais identificados como positivos foram sacrificados já no dia 24. Já no mês e junho, um

segundo foco foi identificado no município de Lagoa de São Francisco, a 154km de Teresina, e os animais positivos foram sacrificados assim que tiveram seu diagnóstico confirmado (SERENA, 2021).

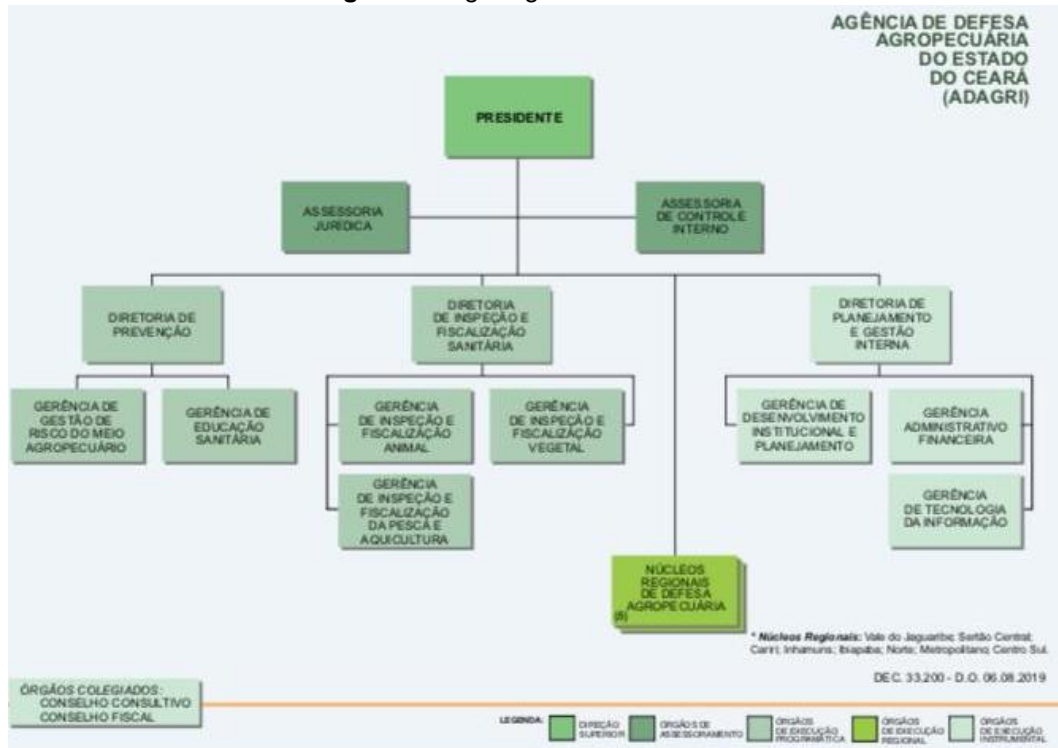
Mais recentemente, em 14 de setembro de 2021, foi confirmado pela ADAGRI um novo foco de PSC no município de Marco, estado do Ceará, pertencente à ZnL, em uma propriedade de subsistência. Foram acometidos 9 animais da propriedade, dos quais 8 vieram a óbito e um foi sacrificado. O caso foi confirmado pelo Lanagros de Minas Gerais, que realizou a notificação do caso à OIE, e atualmente a propriedade está interdita para realização de abate de todos os animais acometidos. Também está em ação uma força-tarefa para testagem e abate dos animais de 18 propriedades do entorno do foco confirmado (G1, 2021).

#### **4.2.3 Órgãos de defesa agropecuária da região Nordeste**

A região Nordeste apresenta grande relevância para a epidemiologia da PSC, uma vez que a maior parte dos seus estados se concentra nas áreas I e II da ZnL para a doença; por esse motivo, os órgãos de defesa desempenham papel estratégico para a manutenção e na potencial melhora do status brasileiro para a Peste Suína Clássica perante a comunidade internacional, especialmente nos estados que apresentaram casos da doença recentemente (CERQUEIRA, 2019).

A Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (ADAGRI) foi fundada por meio da Lei Nº 13.496, de 02 de julho de 2004, e é organizada e estratificada segundo funções e regiões, como é possível observar no organograma da Figura 4. Atualmente, a presidência é exercida pela administradora Vilma Freire, que é a primeira mulher a ocupar tal cargo, e que também ocupa concomitantemente o cargo de vice-presidente do FONESA em nível nacional (ADAGRI, 2020).

Figura 4. Organograma da ADAGRI.

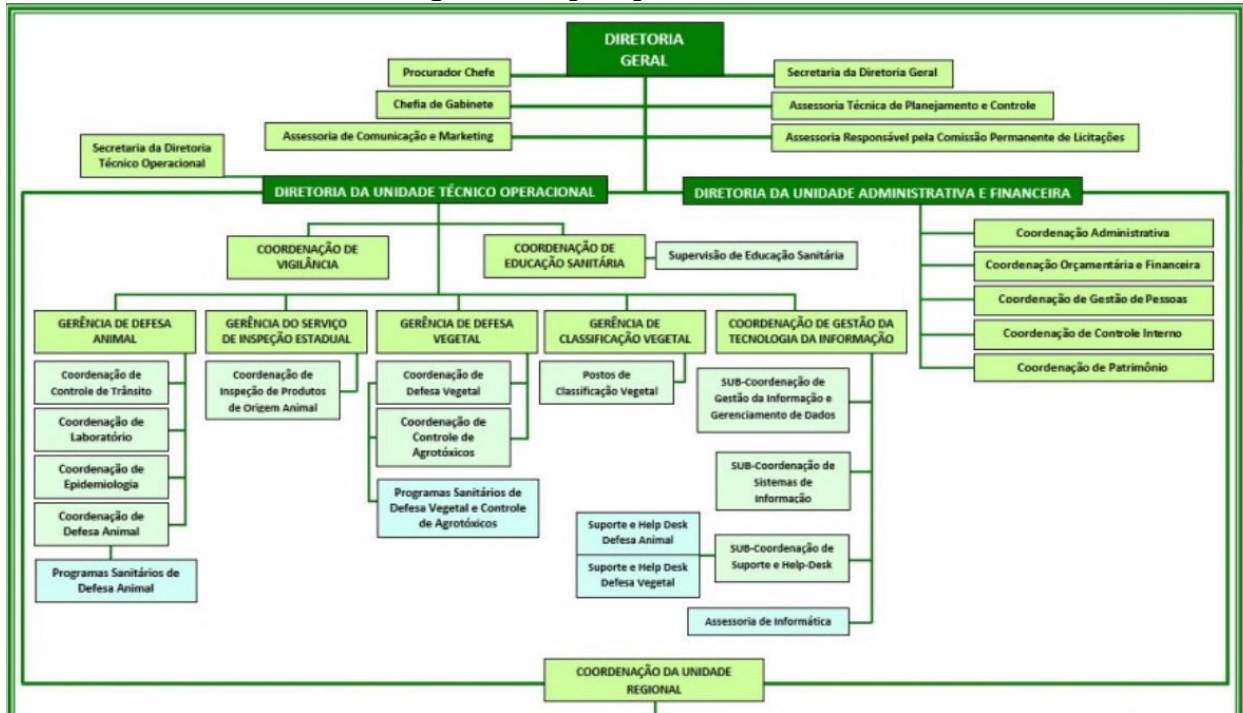


Fonte: ADAGRI, 2020.

É um órgão com autonomia financeira e administrativa, consistindo-se como a autoridade em nível estatal de sanidade agropecuária. Dessa forma, é responsabilidade da ADAGRI garantir a segurança alimentar dos cearenses, a qualidade e saúde vegetal e animal, além de regulamentar seus insumos, produtos, resíduos e serviços (CEARÁ, 2004). A ADAGRI é a encarregada de manter as atividades econômicas competitivas no mercado estatal e nacional, fiscalizando propriedades rurais, inspeções industriais, serviços especializados. Para isso é o órgão que executa, planeja, fiscaliza e coordena as políticas públicas de manutenção, promoção e proteção da saúde vegetal e animal (CEARÁ, 2004).

No estado do Piauí, por sua vez, tem-se a Agência de Defesa Agropecuária do PIAUI (ADAPI), uma autarquia relacionada à Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), criada a partir da Lei Ordinária. A ADAPI organiza-se segundo o organograma apresentado na Figura 5 e possui 118 médicos veterinários atuando como fiscais agropecuários, selecionados por meio de concursos públicos. O cargo máximo de diretor geral hoje é ocupado por José Genilson Sobrinho Neto (ADAPI, 2020).

Figura 5. Organograma da ADAPI.



Fonte: ADAPI, 2020.

Está entre as competências da Agência o planejamento, coordenação e execução de medidas de defesa sanitária vegetal e animal; assim como inspeção, fiscalização e classificação de produtos de origem animal e vegetal. Além da manutenção da qualidade sanitária dos produtos de origem animal, também compete à ADAGRI a manutenção da sanidade nas propriedades rurais (PIAUI, 2005).

De maneira semelhante, no estado de Alagoas, tem-se a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL), criada em 04 de janeiro de 2006 por meio da Lei Nº6.673 e vinculada à Secretaria Executiva de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) (ALAGOAS, 2006). O órgão tem como finalidade o controle e inspeção de produtos de origem agropecuária; promoção e execução da defesa sanitária vegetal e animal, e possui as seguintes competências:

“I- planejar, coordenar, executar e fiscalizar programas de produção, de saúde e de defesa sanitária animal e vegetal; II - fiscalizar o comércio e o uso de insumo, produto e subproduto agropecuário e agroindustrial, bem como criatório e abate de animal silvestre; III - exercer inspeção animal e vegetal e o controle de produto de origem animal e vegetal, na produção e na industrialização; IV - padronizar e classificar produto, subproduto e resíduo de valor econômico de origem vegetal; V - baixar norma para evento agropecuário; VI - fabricar e





consulta, e nela é possível encontrar, de forma simples e objetiva, informações acerca da origem, sinais clínicos, transmissão, importância econômica e contaminação bem como meios de contato caso seja necessário sanar dúvidas, notificar casos ou coletar amostras (IMA, 2019). O IMA é o órgão responsável pela coleta de amostras no estado, as quais são destinadas ao Laboratório de Saúde Animal (LSA), localizado no município de Belo Horizonte, que tem como objetivo a execução de testes oficiais para detecção de diversas doenças, de notificação obrigatória ou não, que acometem os rebanhos de diferentes espécies, causando os maiores prejuízos econômicos, não exclusivo ao rebanho suíno (IMA, 2019).

Uma das iniciativas adotadas pelo IMA, juntamente com o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-MG) e com o apoio do MAPA e da ASEMG, foi a realização do Encontro Mineiro sobre Peste Suína Clássica, de forma a discutir sobre medidas de prevenção em Belo Horizonte e em Uberlândia, com o objetivo de contribuir para maior conscientização de produtores do ramo suinícola e médicos veterinários acerca do combate à PSC (IMA, 2019).

Segundo o IMA, a produção de suídeos asselvajados está proibida desde 2013, mas ainda observa-se a presença de javalis no estado de Minas Gerais, sendo as áreas de maior risco o Sul de Minas, o Alto Paranaíba e a região do Triângulo Mineiro. Na busca pela manutenção da situação sanitária mineira, o IMA vem promovendo teste em javalis desde 2018, em parceria com caçadores licenciados, que realizam o abate dos animais, e o material coletado, após identificação seguindo as diretrizes publicadas pelo MAPA, é enviado para laboratórios específicos. Até janeiro de 2020, nenhuma das coletas apresentou resultado positivo para PSC (IMA, 2020).

### **4.3 Patogenia e sintomatologia da PSC**

Após entrar em contato com o organismo hospedeiro, infectando-o por via oronasal, o vírus da PSC infecta as células epiteliais e do sistema mononuclear fagocitário nas tonsilas, nas quais se replica por aproximadamente cinco a seis horas, em seguida rompendo essas células e atingindo a circulação sistêmica e então disseminando-se para linfonodos regionais e outros órgãos linfoides, como placas de

Peyer e medula óssea; a titulação viral aumenta exponencialmente em até quinze horas após a infecção inicial, mantendo uma alta taxa de replicação ao longo dos dias subsequentes e podendo se instalar no fígado, pâncreas e rins (BIANCARDI, 2017).

O período de incubação da PSC varia de 12 a 14 dias e apresenta sintomatologia variada, relacionada à virulência da cepa, carga viral e à imunocompetência do hospedeiro, e pode se apresentar na forma clínica, subclínica e crônica (CERQUEIRA, 2019). A forma clínica é mais a comum em animais jovens, está relacionada a cepas mais virulentas, e sua taxa de mortalidade pode alcançar 100% por apresentar morte súbita (CERQUEIRA, 2019). Nesses animais, o óbito ocorre de 5 a 25 dias (OIE, 2020).

A infecção clínica está relacionada às por cepas de alta virulência e acarretam no animal hemorragias na pele, levando a manchas abdominais; conjuntivite; febre alta (40,5 °C a 42 °C) que induz ao comportamento de se agrupar, fraqueza, e constipação seguida de diarreia (GONZAGA, 2019). Também ocorrem lesões hemorrágicas na mucosa do baço, pulmão e rins; necrose de tonsilas; cianose das extremidades (membros, focinho, orelha e cauda arroxeados, mais visíveis em animais de pele branca); diminuição da mobilidade (instabilidade ao andar); e, na fase final, sinais neurológicos como convulsões (GONZAGA, 2019).

Não há animais assintomáticos portadores da doença, isto é, todos os animais infectados manifestarão algum sintoma; as infecções subclínicas, nesse caso, se referem àquelas com sintomas mais leves, que geralmente envolvem falta de apetite, sonolência, baixo índice reprodutivo, fraqueza e febre (CERQUEIRA, 2019). A PSC subclínica está relacionada às cepas de menor virulência do agente etiológico (GONZAGA, 2019).

As infecções crônicas são mais raras, ocorrendo lesões de pele mais brandas, perda de pelo, diminuição do peso, diarreia e febre; os sinais podem surgir de forma intermitente ou persistente por semanas a meses, e as amostras coletadas desses animais são de média virulência, dificultando o isolamento do vírus (CERQUEIRA, 2019). No caso de infecção pré-natal, acarreta problemas embrionários, sendo que a gravidade vincula-se à fase gestacional da fêmea, podendo ocorrer: malformação dos

órgãos, mumificação, natimortos, abortos ou nascidos assintomáticos (que não costumam sobreviver por muitos meses) (MENDONÇA ET AL., 2020).

O agente etiológico da PSC possui a característica de atravessar a barreira transplacentária (transmissão horizontal), levando ao surgimento de indivíduos persistentemente infectados; estes animais não apresentam sinais clínicos, mas eliminam o agente no ambiente, sendo então um importante meio de propagação do vírus (BRASIL, 2004).

### **4.3 Diagnóstico da PSC**

As lesões macroscópicas apresentadas pelos animais acometidos pela PSA, embora possam auxiliar no diagnóstico, não são patognomônicas; regularmente são encontradas hemorragias, pele arroxeadas e linfonodos aumentados, o baço pode apresentar tamanho alterado e bordas infartadas, e também é comum a observação de petéquias e equimoses nos rins, bexiga, linfonodos, intestino e laringe (GONZAGA, 2019).

O principal diagnóstico diferencial é a Peste Suína Africana (PSA), que tem como origem etiológica um vírus da mesma família que a PSC, porém com genoma de DNA, e os sinais clínicos também são similares, embora seja possível fazer algumas ressalvas em relação à diarreia e à anorexia; os animais acometidos pela PSC apresentam diarreia pastosa e amarelada, acentuada anorexia e tendência à aglomeração dos animais, enquanto os infectados com o agente etiológico da PSA apresentam diarreia sanguinolenta, anorexia branda e tendem ao isolamento (BRASIL, 2004). Outros diagnósticos diferenciais são: vírus da diarreia bovina em suínos; Estreptococose; Salmonelose; Leptospirose e Pasteurelose aguda (BRASIL, 2004).

O diagnóstico laboratorial é essencial, pois é o único capaz de confirmar a doença, e pode ser realizado através do isolamento do vírus em cultivo celular, um procedimento mais lento, que demora cerca de 7 dias e é feito a partir de sangue ou suspensão de órgãos linfoides e anticorpo específico; outra alternativa é aplicar as técnicas de detecção de antígenos virais por imunofluorescência, ensaio de imunoabsorção enzimática (“*Enzyme-Linked Immunosorbent Assay*” – ELISA) ou reação em cadeia da polimerase por transcrição reversa (“*Reverse Transcription*

*Polymerase Chain Reaction*” – RT-PCR) (MENDONÇA ET AL., 2020). De acordo com a Instrução Normativa número 31 de 23 de setembro de 2015 apenas os laboratórios credenciados pelo MAPA e os Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS) podem realizar os exames do tipo ELISA (BRASIL, 2015).

Para a realização do diagnóstico sorológico, é preciso seguir um protocolo: devido à seriedade da doença, apenas médicos veterinários podem realizar a coleta de amostras, sendo eles os responsáveis pela granja em questão ou fazer parte do Serviço Veterinário Oficial; cabe ao veterinário que é Responsável Técnico pela granja notificar e acompanhar os trabalhos do veterinário representante do Serviço Veterinário Oficial; após realizada a coleta, o Médico veterinário deve enviar a amostra refrigerada em até 8 °C ou congelada, acompanhada do formulário oficial preenchido (Anexo A); caso se trate de uma Granja de Reprodutores de Suínos Certificada (GRSC), deve ser preenchido um formulário específico (Anexo B); se a amostra em questão é proveniente de um abatedouro de suínos, deve-se preencher, também, um formulário específico para esse tipo de estabelecimento (Anexo C); os casos relacionados a animais selvagens, por sua vez, também possuem formulário específico (Anexo D) (IMA, 2019). Cabe ressaltar que, de acordo com o MAPA (2002), para que um estabelecimento seja considerado GRSC, é preciso que este seja livre não apenas da Peste Suína Clássica, como também de Sarna, Aujeszky, Leptospirose e Brucelose.

O resultado é liberado em até 10 dias úteis e a propriedade deve permanecer interditada até então (IMA, 2019). Os resultados positivos são oriundos de quatro situações: a primeira ocorre quando o animal é contaminado pelo vírus da PSC; a segunda é o uso de vacina contra PSC, uma medida que permaneceu proibida em território brasileiro por vários anos; a terceira são os casos de leitões que estão com anticorpos maternos, que podem persistir até cinco meses; a quarta possibilidade, por fim, é a reação cruzada por outros vírus do gênero *Pestivirus* (IMA, 2019). Para resultados positivos ou inconclusivos, segundo o Manual de Investigação Epidemiológica Complementar do PNSS (2016), deve-se realizar a interdição da propriedade e uma prova de vírus neutralização (VN), e nas situações sem sintomatologia hemorrágica, o estabelecimento deve ser monitorado até o resultado final do VN; em casos de VN negativo, o caso é descartado para PSC e a propriedade

desinterditada, enquanto em caso de VN positiva, deve-se realizar uma colheita de sangue com uma amostra total do rebanho para a realização do teste PCR; com o resultado de PCR negativo, descarta-se a PSC e, uma vez que dado positivo, o caso é confirmado e os animais devem ser encaminhados para o abate sanitário (IMA, 2019).

#### **4.4 Tratamento e Prevenção da PSC**

A PSC não possui nenhuma forma de tratamento, sendo que todos os animais que têm a doença confirmada são destinados, invariavelmente, ao abate sanitário, o que reforça a necessidade de enfoque nas medidas preventivas por meio de protocolos sanitários rigorosos que consigam evitar a entrada do agente nas instalações (GAVA et al., 2019). O vírus se mantém vivo na carne, derivados e ambiente por meses, o que não causa problemas aos humanos, por não se tratar de doença zoonótica, mas faz com que a carne, carcaças, excreções e secreções sejam uma fonte de infecção relevante para animais sadios (GONZAGA, 2019).

Por se tratar de doença transmitida por via oronasal, é importante manter atenção redobrada com a higiene dos sistemas de ventilação mecânica, indispensáveis à cadeia produtiva em razão das altas temperaturas observadas no Brasil, para evitar que tais sistemas contribuam para a dispersão do vírus; manter a densidade populacional dentro das proporções adequadas também auxilia na redução de taxas de contágio por disseminação de aerossóis (MENDONÇA ET AL., 2020).

O vírus da PSC apresenta grande resistência, de forma que também se faz necessário manter a atenção a potenciais vias de disseminação indireta, como instrumentos de inseminação artificial, fômites e vetores mecânicos (CERQUEIRA, 2019). A troca de vestimentas e sapatos de todos os circulantes da granja e a limitação do trânsito de veículos relacionados alimentação dos suínos e realizar o cercamento completo da propriedade com telas contendo no mínimo 1,5 metros de altura são medidas essenciais para conter a disseminação viral (MENDONÇA ET AL., 2020).

O trânsito de hospedeiros contaminados entre propriedades distintas é destacável para a continuidade da doença, e deve-se realizar a quarentena antes do ingresso de novos suínos, além de ser necessário que os reprodutores sejam oriundos de GRSC; além dos animais em si, os veículos transportadores de animais podem

carregar excretas de suínos contaminados por extensas distâncias caso as medidas sanitárias não estejam sendo realizadas de forma correta, sendo necessário incluir a rigorosa higienização desses veículos na rotina de profilaxia para a PSA (GAVA et al., 2019).

Para impossibilitar a disseminação do vírus, deve-se, também, controlar o trânsito de suínos asselvajados e domésticos vivos, de seus produtos (carnes cruas e curadas, sêmen) e de seus possíveis vetores (é o exemplo da *Musca domestica*), realizar de forma correta o abate de hospedeiros contaminados e correto direcionamento de suas carcaças (incineração ou enterro) e realizar pesquisas para o monitoramento epidemiológico da doença através de notificações dos vários elos da cadeia (GAVA et al., 2019).

Deve-se ressaltar que os suídeos asselvajados, javalis e cruzas (javaporcos), possuem importante papel para a epidemiologia, controle e erradicação da PSC, uma vez que também podem se contaminar e transmitir a doença; o contato com esses animais deve ser evitado e as propriedades produtoras destes são consideradas de alto risco e devem realizar ações preventivas específicas (TAKEDA, 2017).

Segundo Takeda (2017) deve-se realizar ações para manter a erradicação na Zona Livre como:

“fiscalizar o descarte de resíduos alimentares provenientes de aeronaves comerciais e navios; Reforçar a inspeção de bagagens de passageiros; aumentar a atenção aos cumprimentos dos requisitos sanitários para a importação de suínos vivos, produtos, subprodutos, material genético e insumos; acentuar a vigilância em criações de alto risco e em "lixões"; dar maior agilidade no envio e processamento de materiais biológicos; sensibilizar os produtores e fiscalização dos padrões de biossegurança das granjas comerciais de suínos.” (TAKEDA, 2017).

A detecção precoce do vírus auxilia no seu controle epidemiológico, por isso as autoridades relevantes na área (médicos veterinários, pecuaristas e órgãos de vigilância epidemiológica governamentais e estatais) devem manter-se intimamente conectados, visando a investigação de focos, manutenção das políticas sanitárias de importação de animais e seus produtos, notificação eficiente, biossegurança do plantel e vigilância sorológica dos indivíduos (TAKEDA, 2017).

O uso da vacina com o vírus vivo foi proibido no Brasil e nos outros países livres da doença, como medida para tentar obter melhores índices de sensibilidade e especificidade na sorologia utilizada para monitoramento da doença; sua utilização agrega valor no controle da doença nos países contaminados, mas deve ser feita junto com outras medidas sanitárias para que seja eficaz (OIE, 2004). Em abril de 2020 o MAPA publicou a Instrução Normativa nº 10/2020, que autoriza o uso da vacina nos 11 estados pertencentes à Zona não Livre da doença; a normativa também mantém proibido o trânsito de animais entre zona livre e não livre, e regulamenta o trânsito de suínos que utilizarem a vacina (CNA, 2020).

#### **4.5 Impactos socioeconômicos da PSC na granja e no Brasil**

As granjas acometidas pela PSC sofrem prejuízos sanitários e socioeconômicos sérios, principalmente pelas perdas diretas e pelas restrições comerciais impostas a áreas não livres da doença. Hoje, 95% da produção suinícola brasileira está na Zona Livre da doença. As perdas diretas são: diminuição da fertilidade, repetição de cio, aumentos do número médio de nascidos mortos, abortos e fetos mumificados, bem como o aumento da mortalidade nos período de maternidade, engorda e desmame e o aumento do tempo despendido pelos animais na fase de engorda (CERQUEIRA, 2019).

A OIE considera a PSC, junto com a PSA e a Febre Aftosa, as doenças mais significativas para o comércio internacional (OIE, 2020). São aplicadas sanções comerciais à Zona Não Livre (ZnL) brasileira, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2018, orçou que as perdas têm potencial variável de R\$1,3 a R\$4,5 bilhões (CNA, 2018). Por isso, a intervenção na ZnL é fundamental, tanto para conseguir suspender tais sanções como para mitigar os riscos de reintrodução do vírus na Zona Livre (ZL). O Brasil não pode se expor a perder o reconhecimento internacional da situação sanitária em relação à doença, pois isso acarretará limitações de acesso a mercados e grande prejuízo à produção nacional (CERQUEIRA, 2019).



## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil é um importante produtor e exportador mundial de carne suína. Porém, observa-se que ainda há grande potencial para otimização da cadeia produtiva e para a expansão das relações comerciais. Nesse contexto, a erradicação da Peste Suína Clássica configura uma ação de elevada importância para alçar melhores posições para a suinocultura brasileira. Embora os avanços conquistados até o presente momento para o controle da doença sejam inegáveis, ainda será necessário muito esforço para conseguir atingir a situação ideal, que é a total erradicação da doença em todo o território nacional, possibilitando a certificação, por parte da OIE, de 100% da extensão do país como área livre da doença. Para tal, além de manter, reforçar e fiscalizar com rigor as boas práticas de produção na região que compõe a Zona Livre de PSC, também urge a necessidade de implantação de medidas educativas na Zona Não-Livre, para conscientização de produtores de todas as escalas sobre as medidas sanitárias de prevenção e de controle da PSC, especialmente nas regiões que apresentaram os focos mais recentes da doença, entre os anos de 2019 a 2021. Desta forma, será possível expandir ainda mais a suinocultura brasileira e explorá-la em sua plenitude.

## REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Lei nº 6.673, de 4 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre a criação da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL, e dá outras providências. Diário Oficial de Maceió, 04 de janeiro de 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL- ABPA (Brasil). **Estatísticas: Desempenho de Produção**. In: Central de inteligência de aves e suínos. Embrapa Suínos e Aves, 05 maio 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas>>. Acesso em: 09 jul. 2021.
- BIANCARDI, I. K. **Estudo retrospectivo da Peste Suína Clássica no estado do Acre nos anos de 2013 a 2015**. 2017. 42f. Dissertação (Mestrado em Sanidade Animal) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 20 DE ABRIL DE 2004. [S. l.], 27 abr. 2004.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 19 DE JULHO DE 2016. [S. l.], p. 2, 20 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. **MANUAL DE PADRONIZAÇÃO Investigação Epidemiológica Complementar**. 03. ed. Programa Nacional de Sanidade dos Suínos: [s. n.], junho 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015. [S. l.], p. 5, 24 set. 2015.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]). 1, 2019. PLANO ESTRATÉGICO BRASIL LIVRE DE PSC, Brasília, v. 1, p. 1-61, 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO [MAPA]. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2020**. Diário Oficial da União, v. 68, p. 5, 8 abr. 2020.
- CEARÁ. **Lei nº 13496, de 2 de julho de 2004**. Dispõe sobre a organização do Sistema de Defesa Agropecuária e a Criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará. - ADAGRI, e das outras providências. Diário Oficial de Fortaleza, 02 de julho de 2004.
- CERQUEIRA, R. R. R. **Peste suína clássica: revisão de literatura**. 2019. 47 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL [CNA]. Mapa autoriza vacinação contra Peste Suína Clássica na zona não livre da doença. In: **Comissão Nacional de Aves e Suínos**. [S. l.], 8 abr. 2020. Disponível em:

<<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/mapa-autoriza-vacinacao-contra-pestes-suina-classica-na-zona-nao-livre-da-doenca>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

G1. **Foco de peste suína clássica é registrado em Marco, Ceará.** 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/12/foco-de-pestes-suina-classica-e-registrado-em-marco-no-interior-do-ceara.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2021

GAVA, D.; SILVA, V.; ZANELLA, J. R. C.; CARON, L.; SCHAFER, R.; TEIXEIRA, R. C.; JUNIOR, J. C.; DE MORAES, G. M. **Peste suína clássica e peste suína africana: as doenças e os riscos para o Brasil.** CFMV, BRASÍLIA-DF, ed. 82, p. 22-26, 2019.

Disponível em:

<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1115468/1/final9276.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GONZAGA, L. N. R. **Nota de orientação sobre doença da Peste Suína Clássica (PSC).** In: ABZ- Associação Brasileira de Zootecistas. [S. l.], 11 abr. 2019. Disponível em: <<http://abz.org.br/blog/nota-de-orientacao-sobre-doenca-da-pestes-suina-classica-psc/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA [IMA]. Diagnóstico de Aujeszky e Peste Suína Clássica. [S. l.], 2019. Disponível em: <<http://ima.mg.gov.br/2-uncategorised/1536-diagnostico-de-aujeszky-e-pestes-suina-classica#>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA [IMA]. IMA treina caçadores de javalis para vigilância da Peste Suína Clássica. [S. l.], 23 jan. 2020. Disponível em: <<http://ima.mg.gov.br/noticias/1708-ima-treina-cacadores-de-javalis-para-vigilancia-da-pestes-suina-classica>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA [IMA]. **Encontro Mineiro de Peste Suína Clássica.** [S. l.], 21 maio 2019. Disponível em: <http://ima.mg.gov.br/noticias/1580-encontro-mineiro-de-pestes-suina-classica>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MENDONÇA, T. O.; CARETA, D. S. O.; ZAMPIERI J. H.; MUNIZ, I. M. Monitoramento soropidemiológico de peste suína clássica na região da Zona da Mata do estado de Rondônia. **Pubvet**, v.14, n.11, p.684-691, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). **MPCE apoiará medidas para combater focos da peste suína.** [S. l.], 24 out. 2018. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2018/10/24/mpce-apoiara-medidas-para-combater-focos-da-pestes-suina/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

OIE. **Classical Swine Fever.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.oie.int/animal-health-in-the-world/official-disease-status/classical-swine-fever/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PIAUI. **Lei Ordinária nº 5.491, de 26 de agosto de 2005**. Dispõe sobre a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, altera dispositivos da Lei nº 5.123, de 02 de março de 2000, e dá outras providências. [S. l.], 26 ago. 2005.

PIAUI. SDA/MAPA - DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL (Nacional). NOTA TÉCNICA 26/2020/DSA/SDA/MAPA. **Foco de peste suína clássica (PSC) no estado do Piauí**, [S. l.]. 2020.

QUINN, P. J.; MARKEY, B. K.; LEONARD, F. C.; FITZPATRICK, E. S.; FANNING, S. **Microbiologia Veterinária Essencial**. 2.ed. São Paulo: Artmed, 2018.

SERENA, I. Focos de peste suína clássica são confirmados em Demerval Lobão, norte do Piauí. **Portal G1**. Disponível em: <  
<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/03/26/focos-de-pestes-suina-classica-sao-confirmados-em-demerval-lobao-norte-do-piaui.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, P. K. F.; GONÇALVES, A. G. C. M.; CARVALHO, A. L.; LOUREIRO, A. M.; NETO, J. A. S.; SILVA, A. M. Peste Suína Clássica: medidas adotadas no estado do Ceará na emergência sanitária de 2018. **Revista Agrária Acadêmica**, [s. l.], v. 3, ed. 2, mar/abr 2020.

TAKEDA, G.Z. Ampliação da Zona Livre de Peste Suína Clássica. In: Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal – ENDESA. 2017. Disponível em: <  
<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-endesa/07.12/bloco-saude-de-suinos/3-ampliacao-da-zona-livre-de-pestes-suina-classica-guilherme-takeda.pdf/@@download/file/3%20Amplia%C3%A7%C3%A3o%20da%20zona%20livre%20de%20Peste%20Su%C3%ADna%20Cl%C3%A1ssica%20-%20Guilherme%20Takeda.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

## ANEXOS

### Anexo A – Formulário de Colheita de Amostras em Estabelecimento de Criação de Suídeos pertencente ao Programa Nacional de Sanidade Suídea.

<b>Formulário de Colheita de Amostras em Estabelecimento de Criação de Suídeos</b>																																																																							
01- Identificação: <span style="float: right;">GS <input type="checkbox"/> ou CS <input type="checkbox"/></span> <small>Estato de produção</small> Município: _____ UF: _____ Proprietário: _____ Propriedade: _____					02 - Código do criador _____ 03 - Data da visita / coleta ____ / ____ / ____			04- Coordenadas <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="text-align: left;">Latitude</th> <th style="text-align: left;">Longitude</th> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">°</td> <td style="text-align: center;">"</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">'</td> <td style="text-align: center;">"</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">"</td> <td style="text-align: center;">"</td> </tr> </table>		Latitude	Longitude	°	"	'	"	"	"																																																						
Latitude	Longitude																																																																						
°	"																																																																						
'	"																																																																						
"	"																																																																						
05- número do FORM-IN correspondente _____		06 - Rebanho suídeo existente: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Matriz</th> <th rowspan="2">Cachaço</th> <th colspan="3">Leitões</th> </tr> <tr> <th>Mater.</th> <th>Creche</th> <th>Term.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="height: 20px;"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Matriz	Cachaço	Leitões			Mater.	Creche	Term.											07 - Convivência com susceptíveis: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Sim Não</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>De outras propriedades</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Silvestres</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>			Sim Não		De outras propriedades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Silvestres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	08 - Comercialização de suídeos nos últimos 60 dias (marcar com X) <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Cria/ Eng.</th> <th colspan="2">Cria/ Repro</th> <th colspan="2">Exp./ Leilão</th> <th colspan="2">Abate</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> <th style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ingresso</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td style="background-color: #cccccc;"></td> </tr> <tr> <td>Egresso</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </tbody> </table>				Cria/ Eng.		Cria/ Repro		Exp./ Leilão		Abate		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ingresso									Egresso								
Matriz	Cachaço	Leitões																																																																					
		Mater.	Creche	Term.																																																																			
	Sim Não																																																																						
	De outras propriedades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																																				
Silvestres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																																					
	Cria/ Eng.		Cria/ Repro		Exp./ Leilão		Abate																																																																
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																															
Ingresso																																																																							
Egresso																																																																							
<b>9- Informações sobre as amostras colhidas</b>																																																																							
Nº	NÚMERO DO FRASCO (UF + Nº sequencial da amostra)	SEXO (M ou F)	IDADE (meses)	Nº	NÚMERO DO FRASCO (UF + Nº sequencial da amostra)	SEXO (M ou F)	IDADE (meses)																																																																
1				16																																																																			
2				17																																																																			
3				18																																																																			
4				19																																																																			
5				20																																																																			
6				21																																																																			
7				22																																																																			
8				23																																																																			
9				24																																																																			
10				25																																																																			
11				26																																																																			
12				27																																																																			
13				28																																																																			
14				29																																																																			
15				30																																																																			
10 - Observações: _____																																																																							

Médico Veterinário  
Oficial responsável  
pela colheita

Nome

Assinatura  
Carimbo

## INSTRUTIVO DE PREENCHIMENTO

### 01- IDENTIFICAÇÃO:

**EXTRATO DE PRODUÇÃO:** Identificar local onde está sendo realizada a colheita de material para o monitoramento.

**GS:** GRANJA DE SUÍDEOS

**CS:** CRIATÓRIO DE SUÍDEOS

**MUNICÍPIO/UF:** Indicar o município e unidade federativa onde foi realizada a colheita de material.

**PROPRIETÁRIO:** Nome completo do proprietário dos animais

**PROPRIEDADE:** Nome completo da propriedade ou estabelecimento de origem dos animais.

### 02- CÓDIGO DO CRIADOR:

Identificação do estabelecimento de criação ou proprietário, própria de cada serviço oficial, que permite a rápida localização, caso seja necessário.

### 03- DATA DA VISITA/COLHEITA

Dia, mês e ano da visita para colheita das amostras.

### 04- COORDENADAS (LATITUDE E LONGITUDE)

Localização geográfica através da latitude e longitude (graus, minutos e segundos) obtida empregando-se aparelho de georreferenciamento do tipo GPS ou pelo mapa de coordenadas de identificação de enfermidades.

### 05- NÚMERO DO FORM-IN CORRESPONDENTE

Indicar qual o número do FORM-IN para os casos de notificação de mortalidade.

### 06- REBANHO SUÍNO EXISTENTE

Identificar qual a quantidade de animais existentes, com o total de reprodutores, machos e fêmeas, animais em maternidade, cheche e terminação.

### 07- CONVIVÊNCIA COM ESPÉCIES SUSCEPTÍVEIS

Indicar se há convivência com suídeos de outras propriedades ou criatórios e suídeos silvestres. Caso haja relação com animais silvestres, indicar no campo 10 – Observações, qual a espécie silvestre.

### 08- COMERCIALIZAÇÃO DE SUÍDEOS NOS ÚLTIMOS 60 DIAS

Marcar com um "X" qual o finalidade do trânsito de suínos realizado nos últimos 60 dias, identificar se para engorda, reprodução, exposição/feiras ou abate.

### 09- INFORMAÇÕES SOBRE AS AMOSTRAS COLHIDAS

**N°:** Sequencial do animal a ser colhido.

**N° DO FRASCO:** Indicar o código da UF junto ao IBGE (2 dígitos), seguido do número sequencial da amostra, que deverá ser único dentro do mesmo estado.

**SEXO:** Indicar sexo do animal.

**IDADE (MESES):** Indicar a idade em meses.

### 10- OBSERVAÇÕES

Campo destinado a informar se a colheita foi realizada por notificação ou dirigida.

**OBSERVAÇÕES:** O formulário deverá ser preenchido em 4 (quatro) vias. A 1° via deverá ser enviada para o laboratório, a 2° para a Unidade Veterinária Local, a 3° para o serviço veterinário oficial do estado e a 4° para o SEDESA/SFA.

No manual de procedimentos encontram-se as informações necessárias para a definição da quantidade de amostras a serem colhidas em cada estabelecimento de criação, em função do tamanho do plantel existente em cada tipo de exploração a ser pesquisado.

Todos os formulários deverão estar identificados com o nome ou carimbo e assinatura do médico veterinário do serviço oficial responsável pelo preenchimento dos mesmos e pelo coordenador regional responsável pela revisão.

## ANEXO B – Formulário de monitoramento sanitário em granjas certificadas pertencente ao PNSS.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Secretaria de Defesa Agropecuária Departamento de Defesa Animal		<b>MONITORAMENTO SANITÁRIO</b>  <b>EM GRANJAS CERTIFICADAS</b>		Prot. Laboratório _____							
				Folha ____ de ____							
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>											
Propriedade:		Proprietário:									
Município:		UF:	Unidade Regional:								
		MG									
Unidade Local:			Cadastro UL:								
<b>INFORMAÇÕES GERAIS</b>											
Monitoramento	<input type="checkbox"/> Inicial	<input type="checkbox"/> Manutenção	Nº de reprodutores existente:	Data de colheita:							
Prática vacinação contra leptospirose? ( ) Sim ( ) Não		<input type="checkbox"/> Leptospirose	<input type="checkbox"/> Aujeszky	<input type="checkbox"/> Brucelose							
Doenças de caráter opcional		<input type="checkbox"/> RAP	<input type="checkbox"/> PM	<input type="checkbox"/> PPS							
			<input type="checkbox"/> D. Suína								
<b>TERMO DE COLHEITA:</b>											
Às _____ horas do dia _____ de _____ de _____, na granja acima identificada, na presença do servidor do Serviço de Sanidade Animal, médico veterinário, CRMV-MG nº _____, ou sob sua autorização, e do responsável técnico pela granja, médico veterinário, CRMV-MG nº _____, colheu-se, para fins de <b>monitoramento sanitário</b> de <i>Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – GRSC</i> , previsto nos itens 2.1.4 e 2.1.5 da Instrução Normativa nº 19 de 15 de fevereiro de 2002, _____ amostras de sangue de suídeos para a obtenção de soro sanguíneo, abaixo identificadas, acobertando _____ matrizes, _____ reprodutores e um total efetivo de _____ suínos.											
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ANIMAIS:</b>											
Frasco	Ident. do animal	Sexo	Idade	Frasco	Ident. do animal	Sexo	Idade	Frasco	Ident. do animal	Sexo	Idade
01				21				41			
02				22				42			
03				23				43			
04				24				44			
05				25				45			
06				26				46			
07				27				47			
08				28				48			
09				29				49			
10				30				50			
11				31				51			
12				32				52			
13				33				53			
14				34				54			
15				35				55			
16				36				56			
17				37				57			
18				38				58			
19				39				59			
20				40				60			
<b>ATESTADO:</b>											
Atestamos que os quantitativos colhidos foram devidamente lacrados com lacre nº _____											
<b>ENDEREÇO PARA ENVIO DOS RESULTADOS:</b>											
Nome do Responsável:		Instituição:	Município:	UF:							
Endereço:		CEP:	Tel.:	Fax:							
<b>OBSERVAÇÕES:</b>											
(aqui poderão ser relacionados os animais dos quais foram colhidas amostras para exame de sarna)											

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Médico Veterinário Oficial

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico da Granja

1ª via: Acompanha Amostras    2ª via: Responsável Técnico    3ª via: Serviço de Sanidade Animal

## ANEXO C – Formulário oficial de colheita de amostras para PSC de matadouros e frigoríficos de suínos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa  
 Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA  
 Departamento de Saúde Animal - DSA  
 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA

*Sistema de vigilância sanitária na zona livre de peste suína clássica*  
**Monitoramento em matadouros-frigoríficos de suínos**  
*Formulário de colheita de amostras*

### 1 - Identificação do estabelecimento

Serviço de Inspeção	FEDERAL	ESTADUAL	Número:
Município:			UF:

### 2 - Informações sobre as amostras

N°	NÚMERO DO TUBO <small>(SIF ou SIE-UF n° / n° amostra / ano)</small>	MUNICÍPIO e UF	N° GTA	DATA DA COLHEITA
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

### 3 - Observações

### 4 - Laboratório de destino das amostras

Nome:	Data do envio:
-------	----------------

### 5 - Indicação para retorno dos resultados

Nome:	Telefone:
E-mail:	Fax:

Médico  
 Veterinário  
 Oficial

\_\_\_\_\_  
 Nome

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo



## INSTRUTIVO DE PREENCHIMENTO

### **01 – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:**

- SERVIÇO DE INSPEÇÃO: Assinalar com "X" o tipo do serviço de inspeção (federal ou estadual) do estabelecimento.
- NÚMERO: Informar o número de registro do estabelecimento no respectivo serviço de inspeção (federal ou estadual).
- MUNICÍPIO/UF: Informar o nome do município e da UF onde se localiza o estabelecimento.

### **02 - INFORMAÇÕES SOBRE AS AMOSTRAS:**

- N° DO TUBO: Informar o número de identificação de cada amostra de soro sanguíneo, composto pela sigla SIF ou SIE-UF, pelo número de registro do estabelecimento no respectivo serviço de inspeção, pelo número seqüencial da amostra naquele estabelecimento e pelo ano corrente. Os números sequenciais das amostras deverão ser reiniciados pelo número 001 a cada ano.  
Ex.: SIF XXXX / 001 / 10 ou SIE-UF XXXX / 001 / 10.
- MUNICÍPIO/UF: Município e UF de origem do animal amostrado.
- N° GTA: Número da GTA que acompanhou o animal amostrado.
- DATA DA COLHEITA: Data em que a amostra de soro sanguíneo foi colhida.

### **3 - OBSERVAÇÕES:**

Campo destinado ao registro de informações adicionais.

### **4 - LABORATÓRIO DE DESTINO DAS AMOSTRAS:**

- NOME: Informar o nome do laboratório para o qual as amostras foram enviadas.
- DATA DO ENVIO: Informar a data do envio das amostras.

### **5 - INDICAÇÃO PARA RETORNO DOS RESULTADOS:**

- NOME: Informar o nome do médico veterinário responsável pelo Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos no Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal.
- E-MAIL: Informar o endereço eletrônico da pessoa indicada.
- TELEFONE: Informar o número do telefone da pessoa indicada.
- FAX: Informar o número do fax da pessoa indicada.

### **ATENÇÃO:**

- 1) Todos os formulários deverão estar identificados com o nome, assinatura e carimbo do médico veterinário do serviço oficial responsável pelo preenchimento dos mesmos.
- 2) O formulário deverá ser emitido em 4 (quatro) vias, que terão as seguintes destinações: 1ª via (original): Serviço de Inspeção do estabelecimento; 2ª via (cópia): Laboratório de destino; 3ª via (cópia): Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal e 4ª via (cópia): Serviço de Saúde Animal/SFA.

(Fonte: MAPA, 2014)

## ANEXO D – Formulário de Colheita de Amostras de Suídeos Asselvajados pertencente ao Sistema de vigilância Sanitária na ZL de PSC

1. Número da licença de manejo.

--

2. Identificação das amostras

Número da amostra	Sexo	Data da colheita das amostras (dd/mm/aaaa)	Localidade onde ocorreu a colheita
1			
2			
3			
4			
5			

3. Observações

--

4. Responsável pela colheita:

Nome do agente de controle de suídeos asselvajados

Assinatura

5. Responsável pelo recebimento das amostras

Nome

Assinatura/ Carimbo

6. Responsável pelo envio das amostras ao laboratório

Nome

Assinatura/ Carimbo

7. Data do envio das amostras ao laboratório

### INSTRUTIVO DE PREENCHIMENTO

1. Número da licença de manejo - Informar o número da licença do IBAMA para o manejo.
2. Identificação das amostras - Informar o número das amostras conforme numeração recebida pela Unidade Veterinária Local que forneceu os kits para diagnóstico, sexo do animal, data da colheita e a localidade onde o animal foi abatido e foram coletadas as amostras.
3. Observações - Campo reservado para registrar informações relevantes sobre o manejo realizado.
4. Responsável pela colheita - Informar o Nome do agente de controle de suídeos asselvajados responsável pela colheita das amostras e assinatura
5. Responsável pelo recebimento das amostras - Informar o nome do servidor da UVL responsável pelo recebimento das amostras e assinatura
6. Responsável pelo envio das amostras ao laboratório - Informar o nome do servidor responsável pelo envio das amostras ao laboratório e assinatura.
7. Data do envio das amostras ao laboratório - Informar a data que as amostras foram enviadas ao laboratório.

**ATENÇÃO:** O original deste formulário deverá ser arquivado na Unidade Central do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal e uma cópia legível deverá ser arquivada na Unidade Veterinária Local responsável pela entrega dos kits.

(Fonte: MAPA, 2014)

## ANEXO E – Formulário anual para reconfirmação do status sanitário para países livres de PSC segundo a OIE

### Form for the annual reconfirmation of the classical swine fever (CSF) status of OIE Member Countries

**To be filled in, dated, signed by the Delegate and sent back to [disease.status@oie.int](mailto:disease.status@oie.int) during the month of November each year**

YEAR	COUNTRY

<b>CSF free country</b>
-------------------------

**In accordance with Resolution No. 15 adopted at the 83rd General Session and other relevant Resolutions previously adopted, Member Countries having an officially recognised disease status or BSE risk status should reconfirm every year, during the month of November, that their status has remained unchanged.**

QUESTION	YES	NO
1. Has there been any outbreak of CSF in domestic and captive wild pigs during the past 12 months?		
2. Has any evidence of CSF virus infection been found in domestic and captive wild pigs during the past 12 months?		
3. Has any <u>vaccination</u> against CSF been carried out in domestic and captive wild pigs during the past 12 months? If yes, please answer to question 4.		
4. If vaccination against CSF has been carried out, are the vaccines used and their means in compliance with Chapter 3.8.3. of the <i>Terrestrial Manual</i> , to distinguish between vaccinated and infected pigs?		
5.	N/A (no vaccination)	
6. If pigs and pig commodities are imported, are they imported in accordance with requirements at least as strict as those in Chapter 15.2.?		
7.	N/A (no importation)	
8. Is <u>surveillance</u> in operation in accordance with Articles 15.2.26. to 15.2.32.?		
9. Have any changes in the epidemiological situation or other significant events regarding CSF either in domestic and captive wild pigs or wild and feral pigs occurred during the past 12 months?		
Please provide any additional comments and/or relevant material associated to your annual reconfirmation of CSF free country.		
<b>I certify that the above are correct.</b>		
Date:	Signature of Delegate:	

(Fonte: OIE, 2020)

**ANEXO E – Formulário anual para reconfirmação do status sanitário para zonas livres de PSC segundo a OIE**

**[Reference to the relevant article in the CSF chapter of the *Terrestrial Animal Health Code (2019)*]**

<p>Article 15.2.3.</p> <p><b>CSF free country or zone</b></p> <p>A country or <u>zone</u> may be considered free from CSF when Article <u>15.2.2.</u> is complied with, and when:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>surveillance</u> in accordance with Articles <u>15.2.26.</u> to <u>15.2.32.</u> has been in place for at least 12 months;</li> <li>2. there has been no <u>outbreak</u> of CSF in domestic and <u>captive wild</u> pigs during the past 12 months;</li> <li>3. no evidence of <u>infection</u> with CSFV has been found in domestic and <u>captive wild</u> pigs during the past 12 months;</li> <li>4. no <u>vaccination</u> against CSF has been carried out in domestic and <u>captive wild</u> pigs during the past 12 months unless there are means, validated in accordance with Chapter 3.8.3. of the <u>Terrestrial Manual</u>, of distinguishing between vaccinated and infected pigs;</li> <li>5. imported pigs and pig <u>commodities</u> comply with the requirements in Articles <u>15.2.7.</u> to <u>15.2.14.</u></li> </ol> <p>The country or the proposed free <u>zone</u> will be included in the list of CSF free countries or <u>zones</u> only after the submitted evidence, based on Chapter <u>1.9.</u>, has been accepted by the OIE.</p> <p>Retention on the list requires that the information in points 1) to 5) above be re-submitted annually and changes in the epidemiological situation or other significant events should be reported to the OIE in accordance with the requirements in Chapter <u>1.1.</u></p>
--

(Fonte: OIE, 2020)